

# A Arqueologia foucaultiana e suas contribuições para a Historiografia

João Pedro Dolinski\*

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições teóricas e metodológicas da arqueologia foucaultiana para o campo da história. Em sua obra *A arqueologia do saber*, escrita no ano de 1969, Foucault aponta os limites da operação historiográfica que, segundo sua perspectiva, ainda persistiam em seu tempo. Nesse sentido, ele elabora o método arqueológico não apenas para justificar seus estudos anteriores, como também para propor uma ferramenta de análise sistemática para a história. Marcada por influências da Nova História e do estruturalismo, a sua arqueologia será superada pelo desenvolvimento de outra abordagem, conhecida como genealógica, na qual vemos um Foucault preocupado em se desvencilhar tanto da sua antiga metodologia como do próprio estruturalismo. Para além dessas superações, o que se evidencia em seus estudos a respeito da arqueologia das ciências humanas é um questionamento da forma como os historiadores concebiam certos conceitos e operações metodológicas do seu ofício, o que acabou se tornando uma contribuição significativa para o debate historiográfico, tanto da sua época como atual.

## Palavras-chave

Michel Foucault. Arqueologia. Historiografia.

## Abstract

The aim of this paper is to analyze the theoretical and methodological contributions of Foucault's archeology in the history field. In his work *The archeology of knowledge*, written in the year 1969, Foucault points out the boundaries of the historiographical operation that, according to his point of view, still persisted in his time. Taking this into consideration, he develops the archeological method not only to justify his previous studies but also to propose a systematic analysis tool for history. Marked by the influences of New Historicism and of structuralism, his archeology will be overcome by the development of another approach, known as genealogical, in which we can see Foucault trying to get rid of both his old methodology and the structuralism itself. Going beyond this overcoming, his studies on the archeology of

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro/Brasil). Email: joaodolinski@gmail.com.

human sciences evidence a questioning on how historians understood certain concepts and methodological operations of their craft, which ended up becoming a significant contribution to the historiographical debate, both in his time and in the present time.

## Keywords

Michel Foucault. Archeology. Historiography.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições teóricas e metodológicas da arqueologia foucaultiana para o campo da história. Considero tal análise importante, pelo fato de as proposições presentes na arqueologia das ciências humanas de Michel Foucault terem exercido uma considerável influência para o desenvolvimento do debate historiográfico. Nesse sentido, proponho-me a identificar os principais conceitos, apontamentos críticos e sugestões para o refinamento da operação historiográfica contidas no interior desse método arqueológico elaborado por Foucault. Gostaria de salientar que a minha proposta não é me debruçar sobre a genealogia foucaultiana. Farei uma breve menção a ela, não sendo, portanto, o foco específico deste estudo.

Considero fundamental ter em mente o contexto geral das ciências humanas onde Foucault estava inserido. Sucintamente, saliento que entre as décadas de 1960 e 1970, o marxismo tinha uma grande relevância como sistema de pensamento para refletir a organização do mundo. A partir de 1950, o estruturalismo alcança uma notável repercussão, ainda que efêmera, entre as ciências sociais e humanas. Durante a década de 1970 ocorre o desenvolvimento de uma prática historiográfica conhecida como Nova História, situada no interior da chamada terceira geração dos *Annales*<sup>1</sup>. Na década posterior, surge a Nova História Cultural, desenvolvida

---

<sup>1</sup> *Annales* foi uma revista fundada pelos historiadores Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) em 1929, com o nome original “*Annales d’histoire économique et sociale*”. A partir de 1958, a escola passa a ser dirigida por Fernand Braudel, que foi sucedido em 1969 por uma equipe de historiadores, dentre eles Jacques Le Goff. A escola dos *Annales* se caracterizou como um movimento de reação à história *événementielle* difundida pela Escola Metódica que privilegiava abordagens políticas narradas em ordem cronológica. Inspirados pela sociologia Durkheimiana, pelos estudos linguísticos de Saussure e pelos trabalhos de Lévi-Strauss, o grupo de historiadores dos *Annales* passou a pensar as estruturas e as diversas temporalidades que compõem os fenômenos históricos.

a partir da antropologia histórica. Tornou-se, de acordo com Burke (2005), a forma dominante de história cultural praticada atualmente<sup>2</sup>. Burke também argumenta que Foucault contribuiu para essa nova abordagem cultural mediante a concepção de três noções fundamentais: genealogia, descontinuidade e práticas discursivas.

Foucault propõe uma história não baseada em essências e totalidades, mas sim fundamentada nos múltiplos sentidos que se pode dar a ela. Ele busca a emergência do não dito a partir de uma preocupação constante com a sua realidade, ou seja, com o seu tempo histórico. Nesse sentido, a história para Foucault seria uma prática discursiva permeada de embates, estratégias e táticas, semelhantes a um jogo, sendo crucial pensar as possibilidades de emergência deste ou daquele objeto histórico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Para situar o leitor, apresento os dois conceitos fundamentais que serão trabalhados ao longo deste estudo. O primeiro deles se refere à noção de prática discursiva entendido por Foucault como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008a:133).

O segundo conceito diz respeito à noção de discurso, que para Foucault seria:

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008a:132-133).

Na perspectiva de Alun Munslow (2009), o contato com o mundo só é possível mediante a linguagem, uma vez que ela seria o elo que nos liga

---

<sup>2</sup> Na perspectiva de Burke (2005), a Nova História Cultural seria um dos desdobramentos da História Cultural. Ela teria surgido como uma reação à expansão do domínio da cultura e da teoria cultural, entendida pelo autor como uma resposta e uma reconceitualização de determinados problemas encontrados pelos historiadores no exercício do seu ofício.

ao passado, permitindo por sua vez, exprimi-lo. Nesse sentido, Munslow argumenta que a arqueologia foucaultiana estaria voltada para o estudo das interpretações, apropriações, criações e regulações do conhecimento por parte das sociedades em determinados momentos históricos, possibilitando a formação de atos de fala enunciativos ou elocutórios que estariam contidos no interior das formações discursivas orientadas por um regime de verdade.

Na fase arqueológica foucaultiana, há um predomínio da linguagem na tentativa de superar as aporias entre estruturalismo e hermenêutica. No entanto, segundo Dreyfus & Rabinow (1995), a arqueologia de Foucault estaria situada além do estruturalismo e da hermenêutica. O pensador francês se distancia do estruturalismo ao abandonar o projeto metodológico da arqueologia<sup>3</sup>.

O artigo está estruturado em quatro partes, além da conclusão. Na primeira busco estabelecer uma visão geral a respeito das concepções teóricas e metodológicas da história que nortearam, mais tarde, o desenvolvimento da Nova História e da Nova História Cultural. Nesse sentido, recorro às proposições expostas por Marc Bloch em sua obra *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Na segunda parte, atendo-me à compreensão do significado da Nova História para a historiografia, em virtude da importância que ela desempenhou no pensamento foucaultiano, sobretudo na formação da sua arqueologia. Na terceira parte, trago para o diálogo historiadores como François Dosse, José Carlos Reis e Paul Veyne, com o intuito de reforçar a análise sobre a articulação entre a arqueologia foucaultiana e a história. A última parte é reservada para o desenvolvimento, no qual meu argumento caminha rumo à resolução da problemática, ou seja, ao apontamento analítico das contribuições da arqueologia das ciências humanas de Foucault para o debate historiográfico.

## Uma nova conjuntura epistemológica

O historiador francês Marc Bloch foi um dos precursores da chamada Nova História. Em sua obra *Apologia da História ou o ofício do historiador* ele expõe alguns pressupostos metodológicos para uma renovação da pesquisa

---

<sup>3</sup> No entanto, o estruturalismo não deixa de ser uma chave importante para a compreensão do método arqueológico foucaultiano.

historiográfica. O objetivo central dessa obra é dizer como e por quê um historiador pratica seu ofício. Além de apontar para a existência de uma relação entre causas e consequências, Bloch também propõe uma história ampliada e ao mesmo tempo aprofundada, não devendo de forma alguma permanecer estática.

Quando escreveu essa obra em 1944, Bloch já afirmava, antes mesmo de Braudel, que o tempo histórico seria o tempo da duração<sup>4</sup>, e também, muito antes de Foucault, que ele seria perpassado por contínuas rupturas: “Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica” (BLOCH, 2001:55). A descontinuidade seria levada em consideração e não encarada como um estigma a ser expurgado em proveito de um progresso sem fissuras. Portanto, a partir de Bloch, a história inicia um processo de distanciamento daquilo que Rago (1995) define como passado organizado, objetos prontos e sujeitos determinados.

As duas grandes teses expostas por Bloch nessa obra referem-se à relação entre passado e presente e ao método comparativo de análise. Para interpretar os documentos, formular os problemas e as hipóteses, seria necessário em primeiro lugar, segundo Bloch (2001), observar e perscrutar o presente. Essa metodologia ficou conhecida como o método regressivo, analisar o presente para compreender o passado e vice-versa. Partindo dessa perspectiva, a comparação seria a observação de um fenômeno histórico em uma determinada época que permitiria a interpretação de outro fenômeno em outra época, mediante um processo de apontamentos entre as semelhanças e as diferenças.

O historiador não pode ficar condicionado somente ao relato de estranhos, ele pode proceder segundo as induções de um arqueólogo (BLOCH, 2001). Interessante notar que Foucault propõe transformar o documento em monumento e Le Goff (1995) sugere a aproximação dos métodos históricos aos métodos da arqueologia. Contudo, Bloch atenta para a impossibilidade do historiador de provocar ou induzir o surgimento de vestígios. Sua função enquanto pesquisador é saber interrogar os documentos, ele não pode simplesmente reuni-los, lê-los, avaliar sua autenticidade e, em seguida, colocá-los a funcionar. Seu ofício requer um trabalho com

---

<sup>4</sup> Para uma definição mais sistemática do conceito de “longa duração”, ver: Braudel (1976) e Souto (2003).

ferramentas distintas, com várias técnicas, diversos documentos e inúmeras testemunhas. Porém, o historiador não pode prescindir da crítica, pois a partir dela a credulidade é posta em questão e a dúvida passa a ser uma aliada. Racionalmente conduzida, a crítica dos documentos pode tornar-se um instrumento de conhecimento. Sem a crítica a história correria o risco de cair na contradição, e suas problemáticas tornar-se-iam insignificantes ou malformuladas. Na base de toda crítica, estaria um trabalho de comparação que deslindaria as semelhanças e as diferenças; por essa ótica, o documento seria inserido no interior de um conjunto sincrônico e analisado mediante o método comparativo (BLOCH, 2001).

Outro ponto debatido por Bloch diz respeito a uma questão muito polêmica entre os historiadores: a análise histórica. A história se prestaria a julgar ou a compreender? Para Bloch (2001), o julgar não interessa. A opinião do historiador não deve excluir que outras também sejam possíveis. Ele propõe rechaçar toda espécie de antropocentrismo do bem e do mal, afirmando que a história trabalha com seres capazes de engendrar fins “conscientemente perseguidos”<sup>5</sup>. Se as opiniões divergem, qual seria então a verdade histórica? Para Adam Schaff<sup>6</sup> (1986), essa verdade seria parcial, objetiva-subjetiva e em constante construção<sup>7</sup>. A razão para isso estaria no fato de os historiadores possuírem diferentes visões sobre um mesmo acontecimento em virtude de as épocas em que viveram serem distintas, as gerações serem diferentes, os sistemas de valores de cada período histórico não serem os mesmos e os interesses de classes e concepções de mundo mudarem a cada período histórico. Portanto, as diferentes gerações possuem necessidades distintas, o que as levam a fazer novas perguntas buscando outras respostas no passado.

Bloch chama a atenção para o fato de que, isoladamente, um objeto, ciência ou crença não determinam por si só uma sociedade: “O conhecimento dos fragmentos, sucessivamente estudados, cada um por si, jamais propiciará

---

<sup>5</sup> Evidentemente, essas afirmações estão diametralmente opostas às teses foucaultianas, que criticam noções teleológicas.

<sup>6</sup> Filósofo marxista polonês. Nasceu no ano de 1913 na cidade de Lviv, vindo a falecer em Varsóvia no ano de 2006. Estudou na França e mais tarde tornou-se membro do Clube de Roma e da Academia Polonesa de Ciências.

<sup>7</sup> Essa noção de “constante construção” se assemelha em certa medida com a definida por Bloch (2001), para quem a História seria uma ciência em obras. Podemos concluir, nesse sentido, que, se nenhum conhecimento é definitivo, a fortiori, a história é reescrita a cada geração.

o do todo, não propiciará sequer o dos próprios fragmentos” (BLOCH, 2001:134). Dessa forma, é possível compreender o desdém dos *Annales* pela micro-história nos primeiros decênios de sua fundação. Em substituição à “fragmentação”, Bloch sugere a metodologia da recomposição, que seria um prolongamento da análise: análise entendida como distinção, enquanto que a recomposição seria entendida no sentido de recompor as ligações.

Para finalizar esta parte, proponho o estudo das causas dos fenômenos históricos empreendidas pelo historiador francês, que, em virtude do seu desaparecimento, ficaram impossibilitadas de serem concluídas. Bloch (2001) afirma que o positivismo não conseguiu eliminar da ciência a noção de causa. Mas sua ambição também era separar o conhecimento filosófico do conhecimento histórico, bastando acumular certa quantidade de documentos para que os acontecimentos brotassem espontaneamente, pois toda reflexão teórica seria considerada uma especulação. Contudo, não se negam as devidas contribuições do positivismo para a ciência histórica<sup>8</sup>.

As relações de causa e efeito são uma necessidade do nosso entendimento. A metafísica da causalidade está fora de questão. A relação causal, entendida como conhecimento histórico, exige uma consciência crítica (BLOCH, 2001). As causas, nessa perspectiva, seriam encaradas como o elemento mais específico e diferencial enquanto as condições seriam elementos dotados de certa permanência. Outro ponto importante estaria no cuidado com a atribuição de uma causa única que seria equivalente ao juízo de valor, portanto, a história deve buscar fluxos de ondas causais, ou seja, múltiplas causas. Cotejando com Schaff (1986), a história procuraria explicar e, em virtude disso, seria imprescindível uma reflexão sobre causalidade, o que poderia induzir essa mesma reflexão para uma orientação nomotética. Em outras palavras, a explicação precisa ter coerência, regularidade e exatidão. Schaff (1986), em sintonia com o método regressivo, argumenta que o historiador, partindo do presente, mediante fatos conhecidos e amparado por leis gerais (nomotéticas), iria dos efeitos às causas que ocasionaram o

---

<sup>8</sup> Essas contribuições podem ser notadas quanto às suas concepções em relação às técnicas de investigação, coleta e utilização das fontes, bem como à sua crítica contra uma historiografia filosófica moralizante. Dessa forma, o positivismo trouxe contribuições significativas à ciência histórica no sentido de fornecer um estatuto de análise rigorosa para que a história pudesse vir a ser considerada “científica”.

acontecimento<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, Bloch (2001), argumenta que as causas em história não seriam impetradas, mas sim buscadas.

## A terceira geração dos Annales ou nova história

Vimos na primeira parte deste artigo algumas das principais proposições teóricas que fundamentaram os estudos empreendidos pelo grupo de historiadores dos Annales. Tais proposições, expostas por Bloch, tiveram ressonância nas gerações seguintes desse grupo, sobretudo, na Nova História.

Na perspectiva de Margareth Rago (1995), a Nova História surgiu como uma reação à influência de Fernand Braudel, retomando os caminhos anteriormente abertos por Marc Bloch e Lucien Febvre. A autora lembra que Foucault havia se filiado aos Annales e que, portanto, defendia uma história-problema na qual tal problematização definiria o objeto e não o contrário:

Os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais. A determinação avançava sobre as possibilidades da ação e afastava-se assim de uma concepção humanista e antropológica dinamizada pela busca da revolução (RAGO, 1995:5).

Le Goff (1995) afirma que a configuração de novas ciências como a sociologia e a antropologia, a renovação das problemáticas, como, por exemplo, o nascimento da linguística moderna e a questão da interdisciplinaridade, possibilitaram à Nova História assegurar os seus domínios. Uma das suas principais características seria a abertura de novos horizontes de pesquisa, como a demografia, a sexualidade, as doenças e o corpo. Sua ambição é de uma história total, a totalidade dos estudos de uma determinada sociedade.

---

<sup>9</sup> Schaff tem uma visão diacrônica dos processos históricos e adota uma defesa da influência do fator subjetivo na construção dos fatos históricos. Tais argumentos se opõem aos pressupostos teóricos foucaultianos. Contudo, as noções desenvolvidas por Schaff apresentam alguns pontos de convergência com as teses de Bloch. É lógico que as diferenças entre eles também são evidentes, mas não é o objetivo analisá-las aqui.

Essa Nova História também operou uma revolução documental<sup>10</sup>, ampliando a utilização de documentos:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. (LE GOFF, 1995:28)<sup>11</sup>.

A influência de Foucault não se fez presente somente na Nova História Cultural, ela também foi importante para a Nova História. Na perspectiva de Le Goff (1995), tal influência pode ser descrita, sob um de seus aspectos, na noção de desestruturação do documento. Assim, não bastaria apenas a interferência de fatores subjetivos na seleção documental, e muito menos a crítica estabelecida pelos positivistas. Seria necessário desconstruí-lo para apreender suas condições de produção, ou seja, o sistema de relações que o liga a diferentes níveis e séries, interna e externamente: “É preciso pesquisar, a partir da noção de *documento/monumento*, proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (LE GOFF, 1995:54). No entanto, Foucault divergia quanto ao caráter global dessa Nova História, alegando uma incoerência entre a continuidade e as descontinuidades, com as quais o historiador se depara em seu ofício.

## O que dizem os historiadores

Após apresentar um panorama mais amplo, que possibilita uma compreensão da prática historiográfica tal como ela era realizada no contexto histórico em que a arqueologia foucaultiana estava inserida, analiso as interpretações que alguns historiadores efetuaram a respeito da articulação entre Foucault e a história.

---

<sup>10</sup> Para o historiador brasileiro José Carlos Reis (2004), a Nova História problematizou a constituição de um corpo de documentos homogêneos e coerentes.

<sup>11</sup> Contudo, os métodos de crítica desses documentos ainda permanecem como remanescentes do século XIX.

Alvo de inúmeras críticas, as teses de Foucault suscitaram muitos debates a respeito tanto de suas noções em relação à metodologia da história, como de sua incursão, enquanto filósofo, pelos domínios desse saber. François Dosse (2007) também afirma que Foucault afiliou-se aos *Annales*, mas seu argumento vai além, e explica que tal afiliação permitiu ao filósofo francês

superar a alternativa entre método estrutural e devir histórico, ao apresentar a nova história como uma das figuras possíveis dos estudos estruturalistas [...] Foucault considera a nova história como o terreno privilegiado para empregar um estruturalismo aberto, historicizado, aquilo a que os americanos chamarão o pós-estruturalismo (DOSSE, 2007:294-295).

A oposição aparente em Foucault entre descontinuidade e longa duração é superficial. A descontinuidade assumiria valor heurístico para o historiador no nível de suas análises. A partir dela, ele estabeleceria os limites do objeto pesquisado, e a história seria construída não como uma história global, onde tudo gravita em torno de um centro, mas sim como uma história geral, onde tudo estaria disperso (DOSSE, 2007).

O estruturalismo historicizado de Foucault se distinguiria do estruturalismo taxionômico de Lévi-Strauss. Segundo Dosse (2007), essa distinção se dá em virtude de a reflexão foucaultiana substituir a estrutura e o signo pelo estudo da série e do evento<sup>12</sup>. A metodologia proposta pelo filósofo francês prescindiria da hermenêutica, uma vez que os documentos seriam transformados em monumentos mudos e os objetos descontextualizados, ficando abertos à análise do método estrutural. É difícil compreender essa descontextualização do objeto. Se Foucault propõe estabelecer um sistema de relações entre as séries, formando o que ele denominou como “séries de séries” ou “quadros”, como o objeto de análise do historiador poderia estar desvinculado de sua relação com o tempo, o espaço e os demais fatos históricos? A saída encontrada por Dosse para esse impasse estaria no seguinte argumento: as regras enunciativas podem ser inconscientes, mas,

---

<sup>12</sup> Em Foucault, o conceito de série está relacionado a acontecimento e a como os acontecimentos podem ser sistematizados. Não se trata, portanto, de pensar o acontecimento em sua relação contínua, mas sim estabelecer séries distintas, contudo não isoladas entre si, o que permitiria apreender a descontinuidade. Foucault entende o “acontecimento” como conceito capaz de descrever um modelo de análise histórica da arqueologia, uma vez que esta seria uma caracterização dos acontecimentos discursivos (CASTRO, 2009).

no entanto, são historicizadas, uma vez que se referem a um tempo e a um espaço. Foucault não tem como tema geral a sociedade, seu campo não é o da história social, seu olhar está voltado para o discurso, sendo ele verdadeiro ou falso.

Para o historiador José Carlos Reis, na obra *A arqueologia do saber*, Foucault faz uma avaliação das propostas da Nova História. O que a distinguiria enquanto “nova”, segundo Reis (2004), seria a sua mudança em relação à abordagem do documento. Essa mudança de concepção seria marcada pela elaboração de uma materialidade documentária. Nesse sentido, o que importaria não seria a preocupação com a verdade documental, mas sim o estabelecimento de séries, definições de modelos e descrições de relações.

As proposições levantadas por Foucault, na perspectiva de Reis (2004), defendem o argumento da verificação dos períodos longos da história mediante uma seriação documental. Essas séries seriam também responsáveis pela concepção da descontinuidade histórica. Esse descontínuo não seria mais um obstáculo e sim uma prática que possibilitaria a análise e a determinação do objeto. A noção de história geral passaria a não ser compreendida como uma miríade de acontecimentos isolados, mas sim como uma correlação entre séries distintas. A teoria da descontinuidade não se caracterizaria como sendo a morte da história. Para Reis (2004), ela seria apenas o fim de uma história consciente cujos sujeitos caminham e/ou evoluem rumo ao progresso e à liberdade.

Outro historiador que dedicou algum espaço em suas pesquisas ao filósofo francês foi Paul Veyne, autor da obra *Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história*. Nesse estudo, Veyne se mostra um historiador antípoda a Schaff. Para ele, a história não seria uma ciência, mas sim uma ficção, um romance. O que os dois podem ter em comum são as suas aproximações com as teses de Bloch e a crítica ao positivismo. Contudo, Veyne adota uma postura radical em relação à interferência do fator subjetivo na construção dos fatos históricos, o que o torna, de certa forma, passível de ser interpretado como um relativista. Schaff (1986), por sua vez, procura se justificar propondo um balanceamento entre o objetivo e o subjetivo, o que não faria da história uma ciência “pura”.

Voltando a Foucault, Veyne argumenta que a intenção inicial do filósofo francês seria a raridade e não a estrutura, uma vez que, em sua própria perspectiva, os fatos humanos seriam raros e arbitrários, ou seja, não seriam óbvios. Nesse sentido, ele chama a atenção para a noção de prática, argumentando que a causalidade histórica seria representada por essa noção:

Se a prática está, em certo sentido, “escondida”, e se podemos, provisoriamente, chamá-la “parte oculta do *iceberg*”, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, frequentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles (VEYNE, 2008:248).

Contudo, Foucault não teria descoberto a prática, o que ele fez foi falar dela como ela é<sup>13</sup>. Portanto, para Veyne (2008), não se pode acusá-lo de reduzir a história a um processo intelectual irresponsável. A prática não seria uma instância ou uma causa propulsora, noções estas que estariam ausentes do método foucaultiano que não supõe a existência de discursos tácitos, mas propõe uma análise mais acurada daquilo mesmo que já está sendo dito há muito tempo. A intenção de Foucault seria nos mostrar que as palavras nos ludibriam e que a semântica seria uma ilusão idealista: “O método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (VEYNE, 2008:254). As práticas seriam heterogêneas e não haveria necessidade de uma tomada de consciência para explicá-las, o que de fato ocorreria é que os objetos seriam explicados mediante a prática e a partir dela a história tornar-se-ia inteligível.

No método foucaultiano não seria possível encontrar espaço para processos dialéticos, para o progresso da consciência e a luta entre princípios antagonônicos, “Foucault é o historiador em estado puro: tudo é histórico, a história é inteiramente explicável e é *preciso* evacuar *todas as palavras em ismo*” (VEYNE, 2008:270). O problema a ser levantado pelo filósofo francês seria a questão da racionalidade histórica, ou seja, o processo mediante o qual ela pudesse ser suprimida.

Para Veyne, Foucault procurava devolver à realidade sua originalidade irracional e não buscar um questionamento simplista das noções e concepções tradicionais da operação historiográfica. Nesse sentido, o método foucaultiano, longe de excluir os “cânones” da historiografia tradicional,

---

<sup>13</sup> Com relação ao conceito de prática em Foucault, adoto a seguinte definição: “Em resumo, podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem [...] que têm um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso, constituem uma ‘experiência’ ou um ‘pensamento’” (CASTRO, 2009:338).

pretendeu uma análise onde a abordagem dessas noções se daria de outra forma, mediante os conceitos de prática e de história geral<sup>14</sup>.

A história-genealogia à Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia, etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergavam verdades e das suas lutas em torno dessas verdades. Esse novo modelo de história, essa “arqueologia”, como a chama seu inventor, desdobra-se na dimensão de uma história geral (VEYNE, 2008:280).

Para aqueles que o acusam de niilista, Araújo (2008) sugere lembrar-lhes que Foucault jamais pretendeu fundar um dogmatismo totalitário ou um humanismo ilusório e incauto. Propor teorias para a construção de modelos de sociedade não é a pretensão desse pensador.

## Um filósofo nas plagas do historiador

Para Dosse (2007), o conceito de descontinuidade pode ser aplicado como valor heurístico, sendo útil para o estabelecimento de limites em relação ao objeto pesquisado pelo historiador. Na perspectiva de Reis (2004), a importância de Foucault para a história residiria na questão da nova abordagem do documento, enquanto que, para Veyne (2008), ela estaria na formação de conceitos como “prática” e “história geral”. Agora atente-me às análises das formulações teóricas e metodológicas desenvolvidas pelo próprio Foucault a respeito do campo historiográfico.

Em uma entrevista realizada em junho de 1967 intitulada “Sobre as maneiras de escrever a história”<sup>15</sup>, Foucault afirma que a sua obra *As palavras e as coisas* fora reconhecida como uma obra de história e que aqueles historiadores que possuíam uma concepção histórica mais “antiga” e “obsoleta”, puderam

---

<sup>14</sup> O conceito de história geral em Foucault surge como uma reação à história global ou total defendida pelos historiadores dos *Annales*. Ela seria descrita no sentido de estabelecer uma relação entre as distintas séries, desdobrando-se rumo a um espaço de dispersão, conforme será tratado mais adiante.

<sup>15</sup> Essa entrevista está contida na coletânea: *Ditos e escritos*, volume dois.

limitar-se, estreitamente, de dizer que ele tinha assassinado a história. O filósofo chama a atenção para a excessiva importância atribuída aos livros de Dumézil, Lacan e Lévi-Strauss em detrimento das obras de historiadores como Furet, Braudel e Le Roy Ladurie<sup>16</sup>. Mas ele vai além, acreditando em uma “sacralização” da história, o que ocasionava uma tranquilidade quase serena na atividade de pesquisa e na escrita histórica: “Sob o signo da cruz da história, qualquer discurso se tornava prece ao deus das justas causas” (FOUCAULT, 2008b:63). Suas críticas são direcionadas àqueles historiadores que consideram uma heresia a recusa dos cânones da linearidade e da narrativa enquanto sequência de acontecimentos hierarquizados.

O filósofo estabelece as críticas, mas também aponta os caminhos para a mudança. Nesse sentido, a descrição de uma nova abordagem teórica e metodológica da história é dada principalmente por dois aspectos. A periodização com base em revoluções políticas ou qualquer outro evento que se considere de notória importância nem sempre seria a melhor forma de estabelecer um recorte temporal, sendo, portanto, o primeiro aspecto. Cada periodização define um nível de acontecimento e cada acontecimento requer uma periodização própria: “De acordo com o nível escolhido, será preciso delimitar periodizações diferentes, e, conforme a periodização que se dê, atingir-se-ão níveis diferentes. Acede-se, assim, à metodologia complexa da descontinuidade” (FOUCAULT, 2008b:63). O segundo aspecto trata da questão relacionada com o estruturalismo. As transformações podem ser analisadas em termos de estrutura, uma vez que o discurso histórico, segundo Foucault (2008b), é perpassado pelos discursos da sociologia, da etnologia e da psicanálise. Outro aspecto, não citado na entrevista, também poderia ser incluído nesse rol, que diz respeito à nova concepção de documento, detalhada mais especificamente na introdução de *A arqueologia do saber*. Essas proposições sugeridas pelo filósofo deixam transparecer um combate direcionado a um modelo historiográfico que ele mesmo rotula como “ultrapassado”<sup>17</sup>. Em suas análises sobre as metamorfoses estruturais

---

<sup>16</sup> Chamo a atenção para o fato de essa asserção ter sido pronunciada no ano de 1967, não deixando, contudo, de ter um caráter de generalização.

<sup>17</sup> Esse modelo não é citado explicitamente na entrevista, mas deduzo não se tratar dos *Annales*. Resta-me apenas a hipótese de ser a escola metódica positivista. Lembro, porém, que a Nova História também sofreu críticas por parte de Foucault.

do saber, Foucault afirma não ser impossível, porém, seria necessário manter certa postura crítica com uma história vista como ciência harmônica da totalidade.

Na arqueologia das ciências humanas, Foucault chega a uma conclusão contrária aos seus objetivos iniciais propostos por suas obras anteriores. A descrição dos enunciados<sup>18</sup>, ou seja, uma autonomia discursiva, não seria um processo simples e fácil de efetuar, pelo contrário, entre os discursos de uma determinada época, o que se pôde perceber foi a existência de uma coerência teórica:

Da mesma forma, demonstrar que os discursos científicos de uma época decorrem de um modelo teórico comum não quer dizer que eles escapem à história e flutuem no ar como desencarnados e isolados, mas que não será possível fazer sua história, a análise do funcionamento, do papel desse saber, das condições que lhe são impostas, da maneira pela qual ele se enraíza na sociedade, sem levar em conta a força e a consistência desses isomorfismos (FOUCAULT, 2008b:68).

A contradição de formar um conjunto articulado de enunciados históricos a partir das descontinuidades também leva em consideração certa crítica que se contrapõe ao modelo antigo de tradição exegética. Essa nova crítica não consistiria em extrair do documento aquilo que ele diz implicitamente, trata-se de uma relação diferente com a linguagem, na qual o texto passaria a ser considerado um conjunto de elementos não determinados pelo autor, mas sim pela obra como um todo<sup>19</sup>. Trata-se, de fato, de uma elisão do sujeito como autor, este seria um “anônimo” enquanto a obra ou o documento seriam o produto da relação de uma determinada época com sua configuração epistemológica: “Certamente, nos interessamos pela linguagem; no entanto, não por termos conseguido finalmente tomar posse dela, mas antes porque, mais do que nunca, ela nos escapa” (FOUCAULT,

---

<sup>18</sup> O conceito de enunciado em Foucault é dado no seguinte sentido: “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo [...] os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2008a:132).

<sup>19</sup> Argumentei anteriormente que o método foucaultiano distinguiu-se pelo seu distanciamento da hermenêutica. Nesta passagem podemos compreender que não era essa a intenção de Foucault, seu objetivo era propor uma nova forma de interpretar um documento ou uma obra.

2008b:72). Foucault afirma que a linguagem não é o seu objeto, mas sim o arquivo, ou seja, o acúmulo de discursos, que não há como negar que seriam de crucial importância para o historiador. Sem dúvida, a história é um campo de saber privilegiado nas investigações desse pensador, uma vez que os discursos se encadeiam ao longo do tempo sob a forma de história: “Quis fazer um trabalho de historiador mostrando o funcionamento simultâneo desses discursos e as transformações que davam conta de suas mudanças visíveis” (FOUCAULT, 2008b:75). O cuidado, porém, estaria em não cair na armadilha de um historicismo do século XIX, propugnando uma história modelo e representativa de todas as ciências humanas.

Passo agora para a análise da conferência realizada por Foucault na Universidade de Keio, no Japão, no ano 1970. Nessa discussão, o filósofo trata da relação entre o estruturalismo e a história, a qual ele considera muito confusa em virtude de três razões: a primeira está relacionada com a incoerência entre as definições do que seria o estruturalismo; a segunda diz respeito ao significado da palavra história e à sua ambiguidade (aquilo de que falam os historiadores e o seu ofício propriamente dito), por último, a influência de questões políticas na discussão entre as relações da história com o estruturalismo. O objetivo dessa conferência, segundo Foucault (2008b), era expor a estratégia geral e o plano de batalha desse debate.

O estruturalismo é reconhecido por Foucault como método de investigação que não ignorou a história, mas procurou lhe fornecer uma abordagem mais rigorosa e sistemática. Ele utiliza-se de três exemplos para comprovar sua tese. O primeiro exemplo está diretamente ligado com uma das principais características do estruturalismo, o seu caráter antievolucionista. Nesse primeiro exemplo, Foucault descreve a superação efetuada por Franz Boas ao supor uma alteração das teses evolucionistas de Tylor, ou o modelo biológico, pelo modelo relacional interno que Boas denominava como sendo a estrutura de uma sociedade. Nesse sentido, o filósofo afirma que o objetivo não era eliminar a história, mas propor outra sistematização metodológica. O segundo exemplo está ligado com a fonologia e a mudança estabelecida por Troubetskoï nessa área, ao sugerir uma inflexão do enfoque individual de um som para uma abordagem mais geral, englobando todo o sistema de uma língua. O último exemplo que sustenta sua tese vem da literatura, onde Roland Barthes introduz a noção ou o nível da escrita, abrindo a possibilidade de uma história literária propriamente dita. Assim, Foucault afirma que a ambição estruturalista no campo específico das ciências humanas foi engendrar um instrumento preciso de análise histórica.

Algumas críticas ligam o estruturalismo a um método anti-histórico<sup>20</sup>. Para Foucault, essa associação se daria em virtude de três argumentos essenciais. O primeiro argumento está relacionado com o fato do estruturalismo preconizar em demasia as relações sincrônicas em detrimento das evolutivas, deixando explícita a exclusão da temporalidade: “esses adversários não parecem se dar conta de que faz muito tempo, se ousar dizê-lo, que a história se desembarçou do tempo, ou seja, que os historiadores não reconhecem mais essa grande duração única que englobava, em um só movimento, todos os fenômenos humanos” (FOUCAULT, 2008b:293). O segundo argumento ataca não apenas o privilégio concedido à simultaneidade sobre o sucessivo, mas principalmente o lógico sobre o causal. Recorrendo a um exemplo tirado da etnologia, Foucault afirma que quando Lévi-Strauss analisa um mito ele não procura saber por que esse mito nasceu, mas estabelece uma relação lógica entre diferentes elementos desse mito. O último argumento está relacionado com o fato de o estruturalismo negar a liberdade humana ou a influência do fator subjetivo.

Para Foucault, quando do estabelecimento das sociedades industriais capitalistas, por volta do século XVII, houve a formação das grandes nacionalidades, nesse sentido: “A história teve por função, no interior da ideologia burguesa, mostrar como essas grandes unidades nacionais, das quais o capitalismo necessitava, vinham de longa data e tinham, através de diversas revoluções, afirmado e mantido sua unidade” (FOUCAULT, 2008b:286). A tomada do poder pela classe burguesa seria explicada pela história como uma consequência da maturação de seus ideais ao longo do tempo. Para que ocorresse uma mudança na disciplina histórica, Foucault (2008b) propôs uma revisão, separando a história do sistema ideológico que a envolve. Essa revisão deveria ser embasada nos pressupostos do estruturalismo ou da Nova História, compreendendo os processos históricos mediante uma análise das transformações de uma sociedade. As noções de tempo e passado seriam substituídas pelas noções de mudança e acontecimento. De acordo com Foucault (2008b), do estruturalismo, a história deveria reter a metodologia de análise dessas mudanças e da Nova História, a depuração do conceito de acontecimento, sendo também crucial a noção dos tipos de duração<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Tais críticas, segundo Foucault (2008b), poderiam ser atribuídas ao marxismo ortodoxo, à fenomenologia e ao existencialismo.

<sup>21</sup> É perfeitamente visível a influência de Braudel em suas proposições.

Em sua conferência, o filósofo francês discorre sobre a história serial, dada como exemplo de superação metodológica da própria Nova História. Na ótica desse pensador, a história serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos. Não se estuda, por exemplo, a França no período iluminista<sup>22</sup>, o objeto não é mais dado por uma nação, continente ou época. O recorte é mais específico, como o porto de uma determinada cidade, ou a demografia de uma população. Mediante a análise desse conjunto de documentos, o historiador estabeleceria certo número de relações:

O historiador – observem – não interpreta mais o documento para apreender por trás dele uma espécie de realidade social ou espiritual que nele se esconderia; seu trabalho consiste em manipular e tratar uma série de documentos homogêneos concernido a um objeto particular e a uma época determinada, e são as relações internas ou externas desse *corpus* de documentos que constituem o resultado do trabalho do historiador (FOUCAULT, 2008b:291).

Outra característica da história serial é o fato de o historiador fazer surgir os acontecimentos a partir da escolha dos documentos. Mais do que possibilitar a emergência de diversos tipos de acontecimentos, o historiador, embasado no método serial, faria transparecer níveis diferentes de acontecimento. Foucault utiliza o seguinte exemplo para elucidar sua explanação: com relação a um determinado porto de uma determinada cidade, a atracação de certo navio seria um fato evidente para todas as pessoas; já a oscilação dos preços de uma mercadoria não seria percebida por todas essas pessoas; a inversão de uma tendência econômica, por sua vez, seria um acontecimento quase inconsciente. Nessa explicação, é possível notar três níveis distintos de acontecimento: a atracação do navio, a oscilação do preço e a inversão da tendência econômica. O primeiro consciente, o segundo semi-inconsciente e o terceiro inconsciente. A multiplicação desses níveis de acontecimento designaria duas consequências na perspectiva de Foucault (2008b). A primeira seria a majoração das descontinuidades da história e a segunda seria a constatação de tipos de durações diferentes que ele coloca exatamente como o modelo estabelecido por Braudel, ou seja, o tempo da longa, da média e da curta duração, “A história não é, portanto, uma duração; é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (FOUCAULT, 2008b:293).

---

<sup>22</sup> Essa forma de seleção do objeto Foucault denomina como categorização prévia em períodos.

Expostos os argumentos, o filósofo chega a uma conclusão em relação à interação entre o estruturalismo e a história. Essa interface não seria uma pura convergência, mas sim pontos de contato. Ele descreve dois pontos que sustentam sua tese. O primeiro está relacionado com a rejeição da exegese. O historiador não se limitaria a simplesmente interpretar o documento, mas sim a analisá-lo do ponto de vista de suas relações internas e externas<sup>23</sup>. O segundo ponto diz respeito à superação de um modelo biológico evolucionista, tanto por parte dos historiadores como por parte dos estruturalistas. Assim, o estruturalismo define as transformações, e a história, os tipos de duração e de acontecimento, tornando possível, mediante essa interação, dar à descontinuidade um caráter de transformação coerente.

Enfim, chego à introdução de *A arqueologia do saber*. De todos os textos analisados esse seria o primeiro de uma ordem cronológica. Sem dúvida, poderemos compreendê-lo melhor agora que possuímos algumas noções do pensamento do autor dessa obra. Logo no início, Foucault chama a atenção para a mudança epistemológica da análise historiográfica a partir da reflexão do tempo histórico, onde se passa da importância excessiva dada aos acontecimentos factuais para os já mencionados fenômenos de longa duração. As interrogações do historiador também são alvo de inflexões. Das possibilidades de encadeamentos, sucessões e continuidades entre os acontecimentos, a pergunta se volta para questões, tais como: qual tipo de séries se poderiam estabelecer? Qual o sistema de relações entre essas séries? Qual o critério de periodização mais adequado para cada uma dessas séries? É possível determinar sequências distintas de acontecimentos? “A atenção se deslocou, ao contrário, das vastas unidades descritas como ‘épocas’ ou ‘séculos’ para fenômenos de ruptura” (FOUCAULT, 2008a:4).

De acordo com Foucault (2008a), Roland Barthes propunha analisar uma obra ou um texto a partir de sua estrutura literária propriamente dita e não com bases relacionadas à vida do autor, das diversas escolas, gerações e movimentos de uma determinada época. Nessa perspectiva, o problema que se coloca para Foucault está vinculado com a crítica do documento. Essa vontade de perscrutá-lo no intuito de comprovar sua autenticidade tinha o objetivo de restaurar o passado. O historiador não buscaria mais simplesmente interpretar o documento, verificar sua veracidade, mas sim trabalhá-lo em seu interior, repartindo em níveis, recortando, estabelecendo

---

<sup>23</sup> Conforme o exemplo supracitado da análise dos mitos de Lévi-Strauss.

séries, definindo unidades e descrevendo um sistema de relações: “O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2008a:7).

Sem dúvida, essa relação com Barthes pode parecer contraditória, em virtude da questão do formalismo. Contudo, essa contradição se dispersa quando constatamos o seguinte argumento defendido por Foucault:

E, por volta dos anos 55 ou 60, enquanto em um país como a Tchecoslováquia a velha tradição do formalismo europeu do pré-guerra estava renascendo, viu-se surgir quase ao mesmo tempo na Europa Ocidental o que se chamou de estruturalismo- ou seja, do meu ponto de vista, uma nova forma, uma nova modalidade desse pensamento, dessa pesquisa formalista. Eis como eu situaria o fenômeno estruturalista, relocalizando-o nessa grande corrente do pensamento formal (FOUCAULT, 2008b:308).

Para Foucault, a história não é uma memória milenar e coletiva que justifica uma razão antropológica, pelo contrário, ela seria o produto de uma materialidade documental. Em seu aspecto tradicional, limitaria-se a memorizar os monumentos do passado transformando-os em documentos. Contudo, de acordo com o filósofo, atualmente a história deve transformar esses documentos em monumentos. Se o objeto da arqueologia propriamente dita só toma sentido mediante um discurso histórico e/ou uma contextualização, a história passaria agora a se voltar para a arqueologia no intuito de descrever intrinsecamente o monumento.

Nessa proposta metodológica, uma lista de consequências se impõe. A primeira delas seria o problema das constituições de séries e a distinção entre os diversos níveis de acontecimentos que passariam a fazer parte da análise do historiador:

Tipos de acontecimentos de níveis inteiramente diferentes (alguns breves, outros de duração média, como a expansão de uma técnica, ou uma rarefação da moeda; outros, finalmente, de ritmo lento, como um equilíbrio demográfico ou o ajustamento progressivo de uma economia a uma modificação do clima); daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos (FOUCAULT, 2008a:9)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> A longa duração, na perspectiva foucaultiana, não seria um retorno às filosofias da história, seria uma consequência da elaboração, metodologicamente organizada, das séries.

Outra consequência seria o fato de a descontinuidade ser um elemento fundamental para a metodologia histórica, com uma tripla função: A primeira função seria o seu atributo como operação deliberada do historiador que buscaria, “distinguir os níveis possíveis da análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhes convém” (FOUCAULT, 2008a:10). A segunda função seria o seu estabelecimento como resultado da descrição empreendida pelo historiador que almejaria traçar os limites de um processo, a inversão de um movimento, a inflexão de uma curva. E a terceira função seria o seu caráter paradoxal, pois a noção de descontinuidade seria ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa.

A terceira consequência descrita por Foucault é a substituição de uma história global por uma história geral. A história global, segundo sua conceituação, seria a história do conjunto de uma civilização, onde identificaríamos a articulação de grandes unidades coesas. A história geral, por sua vez, procuraria determinar a possibilidade de estabelecer uma relação entre as diferentes séries. A história geral desdobra-se em um espaço de dispersão enquanto a história global reúne todos os fenômenos em torno de um centro único.

A última consequência está relacionada com os problemas metodológicos encarados pela Nova História<sup>25</sup>. Esses problemas, segundo Foucault (2008a), permitiram à Nova História se libertar das questões levantadas pela filosofia da história e se aproximar do estruturalismo. Contudo, ele ressalta que esses problemas não foram importados da linguística ou da etnologia, mas nasceram no próprio campo da história, uma vez que os historiadores já descreviam e analisavam estruturas há um bom tempo. Nesse sentido, ele recusa a noção de estruturalização da história ou a superação da oposição estrutura/devir que não seriam profícuas para a definição do campo histórico e muito menos para o método estrutural.

Uma série de ressalvas é feita para explicar a sua metodologia arqueológica. Primeiramente, Foucault afirma que a obra *A arqueologia do saber* nasceu da necessidade de dar coerência às suas análises anteriores, sobretudo em *As palavras e as coisas* (2007b). Em seguida, ele não nega que essa tentativa esteja em sintonia com os pressupostos estruturalistas, mas que seu objetivo

---

<sup>25</sup> Esses problemas na verdade passaram a caracterizar a própria metodologia de pesquisa da Nova História, como por exemplo, a questão do estabelecimento de um corpo homogêneo de documentos, o princípio de escolha, a definição de um nível de análise e de elementos pertinentes a uma massa documental e a determinação das relações que caracterizam um conjunto.

não é transferir o método estrutural para o domínio da história dos conhecimentos, mas definir um método de análise histórica isenta de todos os tipos de antropologismo:

Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam, não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (confrontada com a gênese, a história, o devir); mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Mas, sem dúvida, não estaríamos errados em dizer que aqui também se coloca o problema da estrutura (FOUCAULT, 2008a:18).

Para Foucault, a história contínua é o berço fundador do sujeito. Discurso contínuo e consciência humana pertencem ao mesmo sistema de pensamento que, desde o século XIX, operava contra as descentralizações, procurando proteger as figuras soberanas do sujeito, da antropologia e do humanismo. O modelo de história ideal para o filósofo francês é aquele que preconiza a escansão em relação ao devir, o jogo de relações em oposição ao dinamismo interno, que não seria sistema nem forma. Ele rechaça um paradigma histórico que forneceria um abrigo seguro à consciência do sujeito, um lugar menos exposto do que os mitos, sistemas de parentesco, línguas, sexualidade e desejos.

O estudo agora se desloca para outro viés, a genealogia nietzschiana à qual Foucault recorre para superar o método arqueológico. Nesse sentido, a genealogia, para Foucault (2007a), não se situaria em oposição à história, mas sim à teleologia e, sobretudo, paradoxalmente, às pesquisas da “origem”. Ela estaria oposta às gêneses lineares e às questões utilitárias. Sua preocupação estaria voltada para a singularidade, exigindo para isso todo um arquivo de documentos acumulados ao longo do tempo.

Por qual razão a genealogia prescindiria da busca da origem? De acordo com Foucault (2007a), em virtude de esse tipo de pesquisa ter como objetivo a essência exata das coisas, a identidade de si mesma, a forma primeira e anterior a tudo o que é contínuo, externo e fortuito, e principalmente por ela ser o lugar da verdade. O genealogista não se atém à metafísica, ele “escuta” a história que o ensina a desdenhar as origens. Portanto, a recusa à origem deve-se ao fato de ela estar ligada não somente a um “véu de ilusão” e a uma suposta pretensão de verdade absoluta, mas, sobretudo, porque, por trás dessa “origem”, o que se verifica seria uma incongruência entre as coisas. Assim, fazer genealogia não significa ir atrás das origens, mas sim analisar os

começos: “O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma” (FOUCAULT, 2007a:19). É necessário reconhecer os acontecimentos históricos assim como se diagnostica uma doença em um corpo. A genealogia se encontra no ponto onde se articulam história e corpo, mostrando o esfacelamento deste por aquela<sup>26</sup>. A pretensão genealógica, nesse sentido, não tenderia a retroceder no tempo para trazer à tona uma grande continuidade, ela se opõe a qualquer forma de evolução.

Conceitos como “proveniência” e “emergência” são centrais para o desenvolvimento genealógico. Proveniência estaria relacionada ao corpo, e emergência, por sua vez, à força. Força implica dominação. Para que ela ocorra é necessário que existam regras, e a história seria o jogo pela apropriação entre os diferentes grupos ou classes antagônicas desse sistema de normas. Mas há outra espécie de jogo, o das interpretações. Segundo Foucault (2007a), é a interpretação o que permite apropriar-se desse sistema de normas, sendo a genealogia a história da emergência das diferentes interpretações. Mas essa relação com a história requer algumas condições. Em primeiro lugar a recusa de um modelo supra-histórico, absoluto e metafísico. Em segundo lugar, o sentido histórico genealógico deve distinguir, repartir e dispersar. Esse sentido permite encarar o corpo como algo que é perpassado pela história, marcado por uma série de regimes, alvo de inúmeros projetos político-econômicos coercitivos:

Pensamos em todo o caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalhos, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles (FOUCAULT, 2007a:27).

Para Foucault, a história só será efetiva a partir do momento em que ela reinserir o descontínuo em nosso ser. O sentido histórico, tal como ele foi buscar em Nietzsche, possui certas características que destoam

---

<sup>26</sup> Dosse (2007) fala em uma tríade: discurso, poder e corpo, adotada principalmente a partir das pesquisas realizadas em *Vigiar e punir*.

profundamente daquele modelo histórico teológico e racional que procura um fim, uma causa coerente para os processos históricos. O que Foucault almeja é desconstruir a história, quando afirma que o que a move não é um motor mecânico, mas o jogo do acaso, da contingência. É preciso muito cuidado nesse tipo de análise. Foucault de forma alguma nega que a história deva ter um método e que não possa ser escrita. Ele propõe o que designa como “história efetiva” que circunscreve “plagas” como o corpo, o sistema nervoso, a sexualidade, alimentação. Não hesita em analisar “embaixo”, nas regiões menos nobres, que causam horror ou constrangimento àqueles de alma mais pudica, salutar, afeita a princípios nobiliárquicos e cristãos:

Seu modelo é o inverso daquele que os historiadores operam sub-repticiamente: eles fingem olhar para o mais longe de si mesmos, mas de maneira baixa, rastejando, eles se aproximam deste longínquo prometedor [...] a história “efetiva” olha para o mais próximo, mas para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância (olhar semelhante ao do médico que mergulha para diagnosticar e dizer a diferença). O sentido histórico está muito mais próximo da medicina do que da filosofia (FOUCAULT, 2007a:29).

Negar a dependência da história em relação à filosofia, negar a imparcialidade na posição do historiador diante dos fatos, refutar questões que se atenham a preocupações como: origens, causalidades, determinismos, diacronias e continuidades, essas são as principais características da história que Foucault denomina como efetiva.

## Conclusão

As abordagens desenvolvidas por Michel Foucault em sua arqueologia das ciências humanas tiveram uma importância significativa para a historiografia em virtude de uma série de proposições que colocaram em questionamento o modo pelo qual os historiadores compreendiam determinados conceitos e operações metodológicas do seu ofício.

Procurei ao longo deste trabalho analisar a arqueologia foucaultiana, atendo-me às formulações teóricas e metodológicas desenvolvidas em relação ao campo da historiografia e levando em consideração o contexto das ciências humanas no qual ela estava inserida. Essa metodologia elaborada por Foucault possuiu um caráter de questionamento do fazer histórico, a partir não de

uma simples elisão da hermenêutica, mas sim mediante uma nova forma de interpretação do documento, ou seja, a sua análise interna e externa, buscando o cruzamento entre os diversos processos que possibilitaram a sua construção. A partir dessa perspectiva, o documento passa a ser concebido no interior de uma análise discursiva.

O método arqueológico propõe a descontinuidade como elemento fundamental para a metodologia histórica. Sugere também uma revisão a respeito dos processos de periodização onde o marco temporal seria estabelecido pelo historiador de acordo com o nível de acontecimento determinado por ele. Foucault defendia a separação da história de seu sistema ideológico, onde, mediante a análise estrutural e as noções temporais estabelecidas pela Nova História, ela pudesse dispor de uma base metodológica mais rigorosa e sistemática, possibilitando à descontinuidade um caráter coerente de transformação. Ao desenvolver essa metodologia, o filósofo francês problematizou uma série de outras questões relacionadas ao ofício do historiador, entre elas, como já mencionado, um novo estatuto de documento; a formação de um conjunto articulado de enunciados a partir das descontinuidades; a substituição de uma história global por uma história geral e a inserção do não discursivo no interior da própria análise discursiva. Portanto, sua arqueologia se refere a uma regularidade entre os enunciados, na qual a história seria compreendida como modelo de análise discursiva.

Foucault vai procurar se desvencilhar tanto do estruturalismo como da sua própria arqueologia ao desenvolver o método genealógico, com o qual passaria a defender uma história “efetiva” pautada no estudo de temas até então considerados marginais. Sua genealogia visaria à autonomia da história em relação à filosofia, distante de preocupações como origem e causa, avessa a determinismos e encadeamentos contínuos.

A metodologia arqueológica e genealógica teve uma recepção pela comunidade dos historiadores marcada por reações adversas. Contudo, apesar das críticas, muitos reconheceram a importância de pensar a realidade, segundo um ponto de vista histórico, a partir dos conceitos e das novas abordagens, em termos tanto de objetos como metodológicos, fornecidos por Foucault.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de  
(2007) *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru: EDUSC.
- ARAÚJO, Inês Lacerda  
(2008) *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: UFPR.
- BLOCH, Marc  
(2001) *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRAUDEL, Fernand  
(1976) *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- BURKE, Peter  
(2005) *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTRO, Edgardo  
(2009) *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- DOSSE, François  
(2007) *História do estruturalismo: o canto do cisne – de 1967 a nossos dias, volume 2*. Bauru: EDUSC.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul  
(1995) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel  
(2008a) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.  
(2008b) *Arqueologia das ciências e História dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense universitária (Ditos e escritos, 2).  
(2007a) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: E. Grall.  
(2007b) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- LE GOFF, Jacques  
(1995) *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude  
(1980). *A noção de estrutura em etnologia; Raça e história; Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores).
- MUNSLOW, Alun  
(2009) *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes.
- RAGO, Margareth  
(1995) “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. USP, São Paulo, 7 (1-2), p. 67-82.
- REIS, José Carlos  
(2004) *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra.
- SCHAFF, Adam  
(1986) *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- SOUTO, Américo Augusto da Costa  
(2003) “Fernand Braudel em três dimensões: dialética da duração, didática e geo-história”. *Percursos*, Florianópolis, v. 4, nº. 1, p.9-23.
- VEYNE, Paul  
(2008) *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB.

**Recebido em**  
maio de 2011

**Aprovado em**  
dezembro de 2011